

Por Antonio Penteadó Mendonça



Eu já escrevi que uma das maiores diferenças entre o Brasil e a maioria dos países desenvolvidos é que enquanto eles têm desastres naturais, nós temos políticos brasileiros. Os desastres naturais são seguráveis e os políticos brasileiros não o são. Quer dizer, os países desenvolvidos sofrem os estragos de um furacão, um tornado, uma tempestade de granizo, uma erupção vulcânica, etc. e repassam a obrigação de pagar pelo menos parte dos danos para as seguradoras.

O Brasil sofre o ataque aos cofres públicos e à administração do Estado e fica com cem por cento do prejuízo. Nós cobrimos integralmente os custos diretos e indiretos dos nossos políticos, entre eles, a falta de ações ou planos para minimizar os danos consequentes das catástrofes naturais que também nos atingem.

É por isso que devemos pensar cuidadosamente o que quer dizer uma eleição como a deste ano. O que está em jogo vai além do protesto contra este ou aquele candidato. Dependendo do resultado das urnas, estaremos nos condenado a algumas décadas de atraso social, de falta de competitividade no mundo moderno, de tolices sem tamanho, praticadas em nome de velhas ideias que ainda fascinam nossas esquerdas, que não perceberam que o mundo mudou, que a utopia socialista desabou muro de Berlim abaixo, que nem a Rússia, antiga pátria do proletariado, está nessa ou que a China é a segunda potência capitalista do planeta.

Enquanto acreditarem em sandices como o socialismo pré-revolução cubana vamos navegar contra vento e maré e vamos continuar perdendo de goleada. Nossos jovens não terão educação eficiente, a sociedade não terá saúde e os brasileiros não terão empregos.

De outro lado, aventuras atrás do novo apenas pelo novo, ou porque é a única forma do lulapetismo não voltar, também não acabam bem. Vivemos isso no impeachment de Fernando Collor. Não fosse Itamar Franco ser um homem muito melhor do que o pintam, ainda estaríamos enfiados num buraco sem fundo. Não se iludam, ele é o pai do Plano Real. E o fez porque era corajoso (atributo em falta hoje) e estava disposto a bancar um movimento ortodoxo, na contramão do pensamento das esquerdas nacionais, mas indispensável para o Brasil ter uma chance, o que nenhum de seus ministros teria coragem de fazer se estivesse em seu lugar.

O que veio depois - o bom e o ruim - mostrou que certo estava Itamar Franco. E a realidade ainda é esta. O Brasil não precisa de milagre, poste, salvador da pátria ou coisa no gênero. Nós precisamos de honestidade, patriotismo, ética, base moral, vergonha na cara e o mais que faz uma nação ser uma grande nação, passando por educação, saúde, segurança pública, hierarquia, regras claras e um Judiciário que faça cumprir as leis.

Não é hora de tacadas mirabolantes, nem de acreditar nas virtudes do rinoceronte Cacareco. Se esta eleição não for levada a sério e suas consequências avaliadas com cuidado, a economia

brasileira vai fazer água e piorar muito em relação ao que temos hoje.

Não é só o Presidente da República que será eleito. Elegeremos governador, dois senadores, deputado federal e deputado estadual. No conjunto da obra, eles são mais importantes do que o Presidente da República. Sem a concordância do Legislativo o Executivo não governa e sem um mínimo de compromisso dos governadores os estados aumentarão seus rombos financeiros, piorando o que já está ruim - como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul - ou jogando na fogueira quem ainda está mais ou menos solvente.

A resposta da sociedade não deveria jogar o país numa crise mais grave do que a atual, nem perpetuar a bandalheira ou “venezuelizar” o Brasil. Se isso acontecer o futuro será negro e nele não será possível uma atividade como o seguro crescer de forma saudável. As perspectivas à nossa frente são dramáticas, para um lado ou para o outro. Sem segurança jurídica, controle da inflação, estabilidade da moeda e, acima de tudo, democracia a sociedade não tem combustível para manter o crescimento. Estamos na beira do abismo. Cair ou não só depende de nós. Por isso é hora de cabeça fria e bom senso.

Fonte: O Estado de São Paulo, em 01.10.2018.